

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



## GÊNERO, EDUCAÇÃO E PODER: A PRESUMIDA IGUALDADE E A FABRICAÇÃO DAS DIFERENÇAS NO ESPAÇO ESCOLAR

Sônia Maria de Souza Brito<sup>1</sup>

Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas<sup>2</sup>

### RESUMO

Neste texto refletimos sobre as relações de gênero e suas interseccionalidades, bem como as relações de poder nelas implicadas, na sociedade e, especialmente, no contexto da educação escolar. Definindo as formas como as categorias de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade se interagem, apresentamos como objetivo analisar as relações de poder que constituem discursos e práticas generificadas no cotidiano escolar. Assim, propomos pensar gênero articulado às categorias que aludem a multiplicidade da diferença e a escola como espaço de formação, onde estas diferenças se interagem, constituindo aspectos ativos de desigualdades. Os conceitos de gênero e interseccionalidade, discutidos na primeira parte do texto, fundamentam reflexões posteriores sobre as múltiplas formas de constituição do sujeito, implicadas na concepção, na organização e no fazer escolar e sobre as relações de poder estabelecidas neste espaço, constitutivas de desempoderamento e opressão. Concluimos, considerando o importante papel que a educação desempenha para a construção de uma sociedade mais justa, por possibilitar a análise dos mais diversos artefatos culturais e situações cotidianas da nossa sociedade que evidenciam as relações de gênero e poder. Entendemos o processo formativo como locus privilegiado de reconhecimento das diferenças, de reflexão em torno da construção social, histórica e cultural das relações de gênero e das suas interseccionalidades, e de construção da criticidade necessária ao exercício de uma cidadania responsável e ao respeito à diversidade.

**Palavras chaves:** Gênero, Interseccionalidade, Educação e Escola

### INTRODUÇÃO

*Se eu continuar com esse tema irei longe demais e atrairei a inimizade daqueles que, sem refletirem sobre minhas boas ideias ou apreciarem minhas boas intenções, condenar-me-ão sem piedade*

*como uma mulher que somente tem paradoxos a oferecer e não problemas reais a serem resolvidos.* (Olympe de Gouges, 1788)\*

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional / Doutoranda do PPGNEIM – UFBA, e-mail soniasbrito@gmail.com.

<sup>2</sup> Especialista em Letras/ Aluna Especial de Mestrado do PPGNEIM – UFBA, e-mail patylazzaron@gmail.com.

\* Citado por SCOTT, Joan. O enigma da Igualdade. Estudos Feministas. Florianópolis, 2005

**18º REDOR**  
24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Discutindo em termos do que Martha Minow denominou de *o dilema da diferença*, Joan Scott (2005, p. 3) faz uso dos conceitos de *paradoxo* para argumentar que igualdade e diferença não são conceitos opostos, mas sim interdependentes e que estão constantemente em tensão. Ao apresentar seus paradoxos, Scott nos mune de análises históricas que representam importantes referenciais teóricos capazes não só de explicar, mas, principalmente, de situar historicamente as tensões que envolvem os conceitos de igualdade e diferença.

Ao propormos analisar as relações de poder que caracterizam posições, discursos e práticas generificadas no cotidiano escolar, na perspectiva de entender como estas relações se apresentam num espaço presumidamente de igualdade, mas historicamente reprodutor de diferenças, somos impelidos a pensar nos paradoxos que Scott nos apresenta e, como ela, nos remetermos a Olympe de Gouges para afirmarmos que temos muitos “paradoxos a oferecer” e poucos “problemas fáceis de serem resolvidos”.

No Ocidente, desde o século XVIII, igualdade, como conceito social, apresenta-se como pressuposto que garante “um grau semelhante de uma qualidade ou atributo especificado ou implícito; estar no mesmo nível em termos de posição, dignidade, poder, habilidade, realização ou excelência; ter os mesmos direitos ou privilégios.” (SCOTT, 2005, p.3). Nessa perspectiva, igualdade se apresenta como garantia de direitos para todos os indivíduos, embora já estivesse determinado, desde o século XVIII, que às mulheres, pela própria condição de ser mulher, não cabia o status de indivíduo.

O acesso de uma considerável parcela da população mundial ao direito de voto, sem que isso significasse a superação da maioria dos marcadores da diferença, mais do que uma vitória, representa um indicativo de que a igualdade jurídica não garante o acesso igualitário a outros direitos tão ou até mais importantes que o voto, como o direito à educação, ao trabalho, à propriedade, à cidadania, entre outros. O sufrágismo como bandeira de luta se esgota sem que se superem diferenças no que concerne ao acesso a recursos sociais fundamentais à existência humana.

A compreensão da diferença perpassa, nesta perspectiva, a “posição de estar em situação de”, e não à “condição de ser”. Em outras palavras, o ser diferente é

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



considerado condição dos sujeitos que precisa ser respeitada e preservada, enquanto que o estar em situação de diferença pressupõe tratamento de desigualdade, que se atribui a indivíduos ou grupos de indivíduos e lhes colocam na posição de diferentes, ou em status de minoria. Para Scott (2005), é em situação de grupo que as diferenças se tornam visíveis, assim como é nos contextos de legitimação de exclusões por diferenças de grupo, de favorecimento de certos grupos em detrimento de outros e de valorização de características biológicas, ou religiosas, ou étnicas, ou culturais em relação a outros, que emerge a tensão entre indivíduos e grupos.

Para situar os conceitos de igualdade e diferença numa perspectiva de interdependência que gera tensões, no contexto das relações de poder que se estabelecem no espaço da formação escolar, faz-se importante definir as situações em que a igualdade se apresenta como condição presumida e que a diferença é produzida e/ou fabricada. Parte-se da premissa de que como tudo que é social, a igualdade e a diferença entre grupos são socialmente e culturalmente definidas e que é no espaço social que elas emergem e promovem tensões.

Essa análise é aqui evidenciada em um sentido amplo, pelo viés social, histórico e cultural e abarca crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas.

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 1997a, p. 22)

Também se sustenta na concepção de Foucault (1987), de poder exercido pelos sujeitos através de manobras e técnicas, que apresenta efeitos sobre suas ações e se estabelece a partir de constante enfrentamento, pois sempre se dá entre sujeitos capazes de imprimir formas diversificadas de resistência. Nessa perspectiva, a polaridade fixa é impossível, pois o poder se dá numa rede de relações sempre tensas, sempre em atividade e pressupõe um modelo de “batalha perpétua” em lugar do estabelecimento de um contrato ou uma conquista.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Segundo o filósofo, o poder está na estruturação e organização do espaço e se constitui, de forma sutil, por vezes invisível, como poder disciplinar no contexto da sociedade do contrato, onde nos captura através do que chamou de “instituições de sequestro” como, por exemplo, a escola. Assim, ao frequentarem a escola em busca de aprendizagem, crianças e jovens sofrem o “sequestro” de seus corpos, pois aprendem a se tornarem passivos e a se comportarem em sociedade. A escola é também o espaço que determina os desejos que as pessoas podem ter, funciona como uma prisão, produzindo, como outras instituições sociais, corpos dóceis, isto é, pessoas politicamente obedientes e produtivas.

Neste texto, propomos pensar gênero como categoria analítica articulada a outras categorias que aludem à multiplicidade da diferença e, sob a perspectiva das interseccionalidades, pensar a educação como processo formativo e a escola como espaço de formação onde múltiplas diferenças se articulam e interagem, constituindo aspectos ativos de desempoderamento e opressão.

## 1 Gênero e suas interseccionalidades: uma reflexão conceitual

Refletir sobre gênero, raça, etnia, classe e sexualidade através do conceito de interseccionalidade é pensar nessas categorias de forma articulada e relacionada uma à outra, tendo em vista o fato que elas estão entrelaçadas em cada uma/um de nós. Relações de gênero e suas interseccionalidades, bem como as relações de poder aí implícitas, estão constantemente presentes em nossa sociedade. No nosso próprio cotidiano, em situações diversas do dia a dia, por meio dos mais diversos artefatos culturais, tais como músicas, programas de televisão, filmes, obras literárias, peças teatrais, obras de arte, sites, etc., conceitos (muitas vezes, “pré-conceitos”) ligados a gênero, raça, etnia, classe e sexualidade são construídos e reforçados.

Percorrer o caminho de entender como essas categorias se interlaçam em diferentes espaços sociais, particularmente no contexto escolar, leva-nos, necessariamente, à formulação do conceito de gênero e de interseccionalidade que



comporte as dimensões teóricas de cidadania e de educação libertadora que concebemos e reivindicamos.

Surgido nos debates feministas dos anos 70, do século XX, gênero apresenta-se como uma categoria de análise, alternativa ao patriarcado e identifica a opressão feminina como produto das relações sociais específicas. Para Joan Scott (1995), o termo gênero foi inicialmente usado por feministas norte-americanas, que queriam enfatizar os aspectos sociais envolvidos nas distinções baseadas no sexo, como uma forma de rejeição ao determinismo biológico ligado ao termo sexo.

Do pioneiro esquema de sexo/gênero, de Gayle Rubin, que apresenta gênero como um imperativo da cultura, mas é criticado por estar referenciado na dicotomização entre natureza e cultura e por apresentar uma dualidade que impossibilita pensar o gênero como relacional, ao conceito de *relações de gênero*, apresentado por Saffioti (1992, p.187) como “capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas, através dos mais distintos processos sociais”, gênero foi conquistando um significativo espaço na análise da opressão das mulheres, como socialmente construída e do sexo, como uma relação vivida e mutável.

Para Saffioti (1992), ao contrário do que explicita o conceito de *sistema de sexo/gênero*, as relações de gênero não são resultantes da existência de dois sexos, macho e fêmea, mas constituem as condições para que os indivíduos se tornem homens ou mulheres, o que direciona o vetor do social para os indivíduos que nascem. As relações de gênero não se constituem de forma intrínseca da complementação entre o macho e a fêmea, não se trata da lógica da complementaridade, embutida na teoria rubiniana.

Segundo Scott (1995, p. 74-75), a emergência do termo *gênero* em um contexto de “efervescência epistemológica” e de “mudança de paradigma científico para um paradigma literário”, marcado pela crítica da ciência, do empirismo e do humanismo, é bastante expressiva. Permite compreender que o lugar da mulher na vida social é demarcado pelo significado de suas atividades, num contexto de interação social concreta e encaminha à busca por novas teorias, que apontem para resignificação do conhecimento e do papel social de homens e mulheres.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Nos últimos anos, ancoradas em aproximações desconstrutivistas, autoras de diferentes áreas das ciências humanas e sociais problematizaram modelos teóricos totalizantes, passando a trabalhar com a ideia de dissolução do sujeito universal autoconsciente, valorizando a linguagem e o discurso como práticas relacionais que constituem, histórica e culturalmente, as instituições e os próprios sujeitos e entendem, como ato de poder, a produção do saber e significação. Essas novas conceitualizações rompem com o caráter natural e fixo presente nas primeiras formulações de gênero e “permitem descrever as múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos”. (PISCITELLI, 2002, p. 16).

A historiadora Joan Scott, por exemplo, propõe pensar poder como “constelações dispersas de relações desiguais” para substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado. Assim, define gênero numa conexão entre duas proposições: “gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” ou “*campo primeiro no seio do qual o poder é articulado*”, afirmando que o “*gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas*”. (SCOTT, 1988, p.88)

A proposta de Michel Foucault (1987), de pensar o poder como um exercício de múltiplas e variadas direções, concebendo-o como uma estratégia e não como uma coisa, um privilégio ou apropriação, encontra-se, como se vê, no centro dessa formulação conceitual. Para Foucault o poder deve ser pensado em termos de relações ou em uma rede de poderes que se amplia para toda a sociedade, com objetivo repressivo e normalizador. Também considera o discurso como tecnologia de poder, afirmando que muitas vezes, amparado em discursos científicos, construções de hierarquia e de identidade são justificadas.

Sob essas bases, a filósofa Judith Butler (2003), apresenta uma nova concepção de gênero, capaz de conter as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo. Prestando a atenção para outras diferenças, a autora reconhece que gênero se inter-relaciona com outras identidades construídas discursivamente, como identidades de raça, étnica, classe, sexo, etc, o que torna

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



impossível apartar 'gênero' das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado.

A crítica realizada por algumas teorias feministas contemporâneas aos conceitos de gênero baseia-se, principalmente, no fato deles direcionarem, necessariamente a uma distinção de sexo, sem que se tenha buscado historicizar e relativizar “nem o sexo, nem as raízes epistemológicas da lógica de análise implicada na distinção e em cada membro desse par”. (PISCITELLI, 2002, p. 13).

Donna Haraway (2004), por exemplo, critica o fato de a categoria gênero obscurecer todas as outras, tais como raça, classe, nacionalidade. Assim, propõe que a categoria gênero historicize outras categorias, como sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza, de forma que as oposições binárias sejam superadas e transformadas em teorias da corporificação, que não concebam a natureza como recurso para a cultura ou o sexo para o gênero.

A ideia, presente na proposta de Haraway e de outras feministas contemporâneas, serve de pressuposto para a formulação dos conceitos de categorias, que buscam estabelecer diálogos analíticos entre as várias dimensões que referenciam as diferentes formas de opressão feminina, como o de *articulação* e o de *interseccionalidade*. Estas concepções encontram respaldo teórico em estudos que fundamentam a noção de que as discriminações de raça, gênero, classe, idade, sexualidade não são fenômenos mutuamente excludentes e trazem para o debate o conceito de interseccionalidade, que para Crenshaw (2002, p. 5),

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outra.

Numa dimensão mais ampla, a interseccionalidade abrange circunstâncias que envolvem diferentes tipos de subordinação e discriminação, apresentando-se com o que se pode chamar de “subordinação interseccional estrutural”. (CRENSCHAW, 2002, p. 7). Para esta autora, é comum que discriminações de

**18º REDOR**  
24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



gênero estejam associadas a contextos de vulnerabilidade por motivos de raça e de classe.

Entretanto, ainda é comum encontrarmos análises sobre a opressão feminina que não levam em conta esses outros contextos de vulnerabilidades. A falta de atenção à dominação racial, de classe e de outras dimensões acaba reforçando o status subalterno das mulheres negras, das pobres, lésbicas, entre outras. É vital considerar as interseccionalidades de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade, pois, conforme Kia Caldwell (2000), não podemos tornar homogênea uma identidade feminina hipotética. Para a autora, a questão central não consiste na diferença em si, mas sim em que define a diferença, que categorias de mulheres são representadas nos discursos da diferença e se a diferença ocorre lateralmente ou hierarquicamente.

## **2 A ESCOLA COMO LÓCUS DE RELAÇÕES DE PODER CONSTITUTIVAS DE MÚLTIPLAS IDENTIDADES E DESIGUALDADES**

Historicamente, a escola sempre foi marcada por diferenças e desigualdades. Começando pelas restrições impostas a seu acesso, especialmente no início do processo de escolarização da sociedade, passando também pelas suas normas, que implicavam em separações, distinções e desigualdades, que se refletiam não apenas no contexto escolar, mas na sociedade como um todo.

A escola, enquanto instituição responsável pela formação dos sujeitos, foi concebida distinguindo os que podiam e não podiam ser “formados”, os que tinham ou não tinham direitos de adquirir conhecimentos e, mesmo quando foi obrigada a abrir suas portas para aqueles que, historicamente havia lhes negado espaço, o fez separando, dividindo através de múltiplos instrumentos de classificação, ordenamento e hierarquização.

Embora, contemporaneamente, vem sendo pensada como espaço onde a igualdade é identificada como condição presumida, a escola continua apresentando-se como um espaço de delimitações de espaços. Louro (1997<sup>a</sup>, p.58) aponta que a escola faz uso de símbolos e códigos, para determinar o que cada um pode ou não pode fazer, informar o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das





meninas. Assim ela separa e institui. Nessa perspectiva, a escola, todos seus procedimentos e suas táticas de organização e de classificação representam campos de um exercício (desigual) de poder.

Partindo-se do princípio de que as identidades são construídas culturalmente, torna-se fundamental compreender o papel que a escola, enquanto espaço importante de formação, de transmissão, reprodução e produção do saber científico e cultural, desempenha na construção dessas múltiplas identidades. Como parte de uma sociedade que discrimina, que delimita papéis e espaços e que produz e reproduz desigualdades de gênero, raça/etnia e classe, a escola também vem se mostrando reprodutora de desigualdades. Segundo Louro (1997a), as normas, discursos e práticas escolares, ordenam, dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos.

Em um processo histórico que se transforma em suas relações e articulações com outras identidades, como sexuais, étnicas, raciais, religiosas, de classe, etc, a construção das identidades de gênero se dá através de múltiplos mecanismos, assim como, através de gestos, modos de ser, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas instituídas por* práticas e relações sociais. Para Louro, (1997a, p. 41), “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”.

É a partir das relações de poder que se estabelecem em diferentes espaços de formação do sujeito, inclusive na escola, que a identidade de gênero se constitui e este processo, inevitavelmente, ocorre na articulação com outras representações, tornando instituições como a escola lócus onde as divisões de raça, classe, etnia, sexualidade e gêneros se apresentam implicadas e historicamente afirmadas.

*[...] como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um lócus privilegiado para formação de meninas e meninos, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. (LOURO, 2000, p. 77)*

Na busca constante pela eficiência e pelo sucesso no aprendizado, práticas, discursos e aspectos organizacionais escolares, de caráter discriminatório em diferentes instâncias, vão sendo, por vezes de forma invisíveis, naturalizados e incorporados pelos sujeitos, constituindo suas identidades “escolarizadas”. “Gestos,

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*.” (LOURO, 2001, p. 61)

Ao serem encaminhados pela família a uma instituição escolar, meninos e meninas ainda não são capazes de definir claramente padrões de sexo, gênero e outras diferenças construídas pelo adulto e disseminadas culturalmente. Embora a família também funcione como uma “instituição de sequestro”, na perspectiva foucaultiana, uma vez que desde que a criança nasce ela determina variados elementos de definição dos sexos e mantém-se como agente ativo neste processo durante os principais anos de formação do sujeito, é na escola, principalmente, que estas diferenças vão se impondo em contextos de relações sociais mais amplas.

Para Daniela Finco (2003), as crianças não são possuidoras de sexismo da forma como ele está difundido na cultura construída pelo adulto, elas aprendem a oposição e a hierarquia dos sexos no contexto de sua vida escolar. Assim, a escola assume no processo formativo o poder de disciplinar, determinando regras e padrões de comportamento diferentes para meninas/mulheres, meninos/homens, tornando-os passivos, dóceis e, na maioria das vezes, incapazes de romper com estas definições.

Se tomarmos como exemplo a educação infantil e observarmos a forma como meninas e meninos são separados para o desenvolvimento de diferentes atividades escolares, por brinquedos e brincadeiras, por funções “pertinentes” a um ou outro sexo ou por habilidades “próprias” de homens ou de mulheres, podemos entender como a escola ainda continua reproduzindo condutas e formas de comportamento diferenciadas por sexo, que são interiorizadas e apreendidas, tornando-se quase “naturais”.

Atividades empreendidas no fazer pedagógico, espaços escolares disponibilizados para meninos e meninas, olhares, comentários e gestos que compõem os discursos pedagógicos estão sempre carregados de representações do que culturalmente se define como pertinentes e mais adequado para homens e mulheres. Se em um tempo não tão distante, as instituições escolares adotavam recomendações de como homens e mulheres deveriam se comportar, apreendidas

**18º REDOR**  
24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



através de repetidos treinamentos, a escola contemporânea, longe desses manuais, também produz regras, teorias e conselhos, que devidamente adequadas às novas concepções e práticas educativas são responsáveis por imprimir sobre os sujeitos múltiplas “marcas distintivas”.

Assim, a escola é também lócus onde outras formas de diferenças são produzidas e/ou demarcadas. Não se separa apenas por sexo, separa-se também, ainda que às vezes de forma invisível, por raças/etnias, classes, religiões e principalmente, por conhecimentos/saberes, hierarquizando e classificando os “melhores” e os “piores”, os que terão “sucesso” ou que estão fadados ao “fracasso”, os que se “destacam” ou ficam na “mediocridade”. As condutas, os discursos e a práticas escolares são sempre elementos que pressupõem a igualdade, mas ressaltam a diferença, tornando-a um aparato político natural de disputas e enquadramentos.

Através de relações “naturalmente” engendradas, outras identidades vão se constituindo e formando sujeitos portadores de múltiplas representações identitárias, que nem sempre são acolhidas e respeitadas no contexto dos espaços de organização e de práticas escolares. Naturalizados, os padrões que reforçam as diferenças sem garantir o respeito à diversidade, tornam-se (re)produtores de comportamentos e posturas discriminatórias que segregam e definem espaços e lugares por perfis, tornando também naturais situações de empoderamento de grupos em detrimento de outros.

Importante, nesse contexto, torna-se a ação das(os) agentes envolvidas(os) no processo ensino-aprendizagem, entre estes o corpo docente, o corpo técnico-pedagógico e gestoras(es), como perpetuadoras(es) ou rompedoras(es) destas práticas escolares segregacionistas. É notório, na maioria das escolas, o despreparo destas(es) profissionais em lidar com situações escolares cotidianas discriminatórias, quando não estão, elas(es) próprias(os), diretamente envolvidas(os) em tais situações. Sem terem passado por um processo de formação profissional que lhes habilitem no trato com as diferenças e no respeito à diversidade, na maioria das vezes, estas(es) profissionais são as(os) próprias(os) agentes dos discursos e práticas classificatórias, hierarquizadoras e/ou discriminatórias. Isso as(os) colocam na condição de principais fomentadores da

**18º REDOR**  
24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



desigualdade no ambiente escolar e, no lado oposto, numa difícil situação de incapacidade de combate e rompimento dessas práticas.

## CONCLUSÃO

Como importante espaço social de formação, a escola cumpre um papel fundamental na transmissão e construção do conhecimento e deve estar atenta em relação a questões contemporâneas, assumindo a responsabilidade de trazer para o cerne das discussões temas como as desigualdades de gênero, a diversidade sexual, além das múltiplas identidades que constituem os sujeitos em seus processos formativos.

Se essas dimensões estão presentes em todos os arranjos escolares, se estamos nós próprias/os envolvidas/os nesses arranjos, não há como negar que essa é uma tarefa difícil. Trata-se de pôr em questão relações de poder que compartilhamos, relações nas quais estamos enredadas/os e que, portanto, também nos dizem respeito. (LOURO, 1997a, p. 65)

É significativo trazermos o debate em torno dos conceitos de gênero e suas interseccionalidades e das relações de poder para o contexto escolar. Como educadoras/es, temos um importante papel de estimular a criticidade das/os estudantes acerca dessas importantes questões.

Também é importante considerar raça, etnia, classe e sexualidade, conjuntamente com o gênero. Infelizmente, muitas teóricas feministas ou não, têm ignorado essas relações, agindo de forma discriminatória, ainda que de modo passivo, pela omissão. Trabalhos desenvolvidos por algumas estudiosas apontam para a formulação de teorias de articulação entre categorias específicas como *gênero e classe*, *gênero e raça*, ou *gênero e sexualidade*, mas ainda são poucas as teóricas que conseguem extrapolar os limites da centralidade do gênero, ou os limites culturais.

*Dispostas/os a implodir a ideia de um binarismo rígido nas relações de gênero teremos de ser capazes de um olhar mais aberto, de uma problematização mais ampla (e também mais complexa), uma problematização que terá de lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia.* (LOURO 1997a, p.64/65)

**18° REDOR**  
24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Conhecer e analisar essa diversidade presente em nossas complexas, plurais, instáveis e mutáveis identidades, não deve servir simplesmente para combater o individualismo e o preconceito, mas sim para promover a valorização da diversidade.

Não raro, as escolas trabalham, por exemplo, o tema da sexualidade apenas pelo viés biológico. Assim, aborda-se a anatomia dos órgãos sexuais, como se dá a fecundação, métodos contraceptivos, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, etc. sem se preocupar em discutir, também, a construção social, histórica e cultural das relações de gênero e da sexualidade.

Um importante papel nosso, enquanto educadoras, é formar pessoas críticas, conscientes da forma como relações de poder são construídas e que possam, ao refletir criticamente sobre essas questões, transformar a sociedade em que vivemos em uma sociedade menos preconceituosa e egoísta. Faz-se necessário, então, pensar em maneiras de desenvolver a criticidade das/os estudantes, conscientizá-las(los) para fazerem escolhas, ao invés de serem “moldadas/os” pelos “padrões” tão presentes e impregnados na nossa cultura.

Nesta perspectiva, as/os estudantes poderão perceber o quanto suas identidades são múltiplas, em permanente construção e mudança ao longo da vida e que esse processo é complexo e contínuo. Por meio dessa reflexão em torno da construção social, histórica e cultural das relações de gênero e das suas interseccionalidades, podemos estimular estudantes a serem mais críticos e aptos a exercerem sua cidadania.

Valente (2000) nos fala da importância de considerar a intersecção de gênero, classe, raça, etnia, nacionalidade, sexualidade como dimensões que permeiam os conteúdos cidadãos de mulheres e homens. No desenvolvimento da cidadania, todas essas ênfases, essas múltiplas identidades e, em muitos casos, múltiplas exclusões, são importantes. Também Chantal Mouffe (1993), identifica que o surgimento de uma dimensão de igualdade se dá não apenas na dimensão de gênero, mas também nas outras muitas dimensões da cidadania feminina.

É preciso considerar que tais análises e debates acabarão por gerar mais perguntas e mais dúvidas e uma sensação de que não conseguimos encontrar



respostas plenamente satisfatórias a nossas inquietações. Mas são justamente as perguntas e as dúvidas que constroem os conhecimentos. É difícil escolher uma teoria como a mais adequada. Cada teoria, cada entendimento, terá seus méritos e seus pontos fracos, aspectos que aprovaremos e que não concordaremos. Não há como obter respostas únicas e prontas. Mas, por meio do estudo e do debate, veremos que mais importantes e produtivos são os questionamentos e as inquietações, que estimulam à pesquisa e à criticidade.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas, 2000. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/16112009-35108caldwell.pdf>> Acesso em 12 de março de 2014.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA. Ana Alice Alcântara Costa. **As donas do poder**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1993.

CRENSCHAW, Kimberlé. **Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Florianópolis: Revista Estudo Feminino. Vol. 10 nº 1. 2002. Disponível em: <[HTTP//dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011)> Acesso em 12 de março de 2014.

FINCO, Daniela. **Educação infantil, espaços de confrontos e convívio com as diferenças: análises das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero**. Tese de doutorado, USP, 2010.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos pagu (22) 2004: pp.201-246

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**

**Desafios no Campo da Militância e das Práticas**



LOPES, Luis Paulo Mota. **Identities fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação**: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*. Vol.20 (2), jul/dez. 1995a.

\_\_\_\_\_. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In Veiga-Neto, A. (org.). **Crítica pós-estruturalista e Educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995b.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997a.

\_\_\_\_\_. Mulheres nas salas de aulas. In Priore, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997b.

\_\_\_\_\_. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denice Barbara et al. (Org.). **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2000. p. 77-84.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_ (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva. 1993.

PISCITELLI, Adriana. "Re-criando a (categoria) Mulher". In: L. M. Algranti (org.) **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Textos Didáticos, n.48, 2002.

\_\_\_\_\_. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. *Sociedade e Cultura*, v. 11, N 2, p. 263 a 274, jul/dez. 2008.

SAFFIOTI, H. **A mulher nas sociedades de classes**: mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

\_\_\_\_\_. "Rearticulando Gênero e Classe." In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma Questão de Gênero**, RJ: Rosa dos Tempos; SP: Fund. Carlos Chagas, 1992, pp:183-215.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

\_\_\_\_\_. **O enigma da igualdade**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, nº 1: janeiro-abril/2005. *Versão impressa* ISSN 0104-026X. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso&userID=-2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso&userID=-2) Acesso em 12/ mar/ 2014.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



VALENTE, Virgínia Vargas. **Una reflexión feminista de La ciudadanía.** Estudos Feminista. Ano 8. 2º semestre 2000.